



Vol. 4 nº 8 jul./dez. 2009
p. 289-306

IMPACTO DA VIOLÊNCIA E DO ESTADO POLICIAL E PENITENCIÁRIO SOBRE A VIDA DOS TRABALHADORES

Gilmar Henrique da Conceição¹

“És de parecer que uma cidade, ou acampamento, um bando de salteadores ou de ladrões, ou qualquer outra malta do mesmo tipo, de associados na consecução de determinada malfeitoria, conseguiram levar a bom termo o que quer que empreendessem, se eles só cometessem injustiças?” (PLATÃO, 2000, p. 86)

Resumo: Este artigo visa contribuir com o estudo da violência no Brasil pontuando algumas relações possíveis entre **criminalidade e mais-valia**, violência e razão, no que se refere ao processo de reprodução do capital e do Estado, com suas políticas, bem como da questão da legitimidade do poder político e da participação dos trabalhadores nos processos decisórios.

Palavras-chave : violência, política, Estado, poder.

IMPACT OF VIOLENCE AND THE STATE POLICE
AND PRISON ABOUT THE LIFE OF WORKERS

Abstract: This paper aims to contribute to the study of violence in Brazil, pointing out some possible relations between violence and reason, with regard to the reproduction of capital and the state, with its policies, and the question of the legitimacy of political power and employee participation in decision making.

Keywords: violence, politics, state power.

INTRODUÇÃO

Marx colocou em discussão a idéia do crime como que constituindo uma espécie de indústria incorporada às Teorias da mais-valia, ou seja, para ele a criminalidade, de alguma forma e contraditoriamente, ajuda na produção de mais-valia. Marx polemiza com os teóricos do capital ao argumentar que o marginal não

produz apenas crimes, mas também o direito criminal e, como este, as faculdades e os professores que produzem cursos de direito criminal, os livros de legislação, os compêndios sobre direito criminal. Este autor também chama a atenção para o fato de que os criminosos também produzem arte, literatura, romances e tragédias.

Além, é claro, do fato de que a criminalidade produz as polícias, os agentes, os juízes, os advogados, os jornalistas especializados e, poderíamos acrescentar: os programas policiais, a tecnologia e aparato de segurança, a indústria de carros blindados, a indústria de armamentos, os cursos de tiro e de defesa, etc. Realisticamente, Marx argumentou que a própria tortura, enquanto tecnologia da dor, provocou invenções e instrumentos mecânicos. Vejamos o teor da agudeza teórica marxiana:

O criminoso quebra a monotonia e a segurança cotidiana da vida burguesa. Por conseguinte, preserva-a da estagnação e promove aquela tensão e turbulência inquietantes, sem as quais se embotaria mesmo o aguilhão da concorrência. Estimula assim as forças produtivas. O crime retira do mercado de trabalho parte da população supérflua e por isso reduz a concorrência entre trabalhadores, impede, até certo ponto, a queda do salário abaixo do mínimo, enquanto a luta contra o crime absorve parte dessa população. O criminoso aparece como uma daquelas compensações 'naturais', que restabelecem um equilíbrio adequado e abre perspectiva de ocupações 'úteis' ²

Quero iniciar este artigo, pontuando algumas relações possíveis entre violência e razão, no que se refere ao processo de reprodução do capital e do Estado, com suas políticas, bem como da questão da legitimidade do poder político e da participação dos trabalhadores nos processos decisórios. São muitos os filhos de trabalhadores que acabam se envolvendo com a criminalidade, de modo particular com o tráfico de drogas. De tal sorte que a cocaína parece ser o carro-chefe do crime. O tráfico de cocaína requer ramificações em vários países, bem como toda uma logística e "especializações" criminosas. De modo geral, inclusive, o crime, tornou-se um problema internacional; não é a toa que já são mais de nove milhões de encarcerados em todo o mundo. Para que tenhamos uma dimensão mais precisa: isto equivale, por exemplo, a colocar todos os habitantes do Estado do Paraná atrás das grades. Mais de 50% dos presidiários brasileiros são jovens com menos de 25 anos de idade, dos quais próximo de 90% são do sexo masculino, de baixa escolaridade, pobres, e entre esses, destacam-se negros ou pardos.

A partir da década de 1990, principalmente, elevou-se o consumo de cocaína entre as classes médias prósperas, em muitos lugares, notadamente da América do Norte (HOBSBAWM, 1998, p. 327). A cocaína (ou, de modo geral, o tráfico de drogas) ajudou a transformar o crime num negócio internacional e altamente rentável, com os riscos que isso implica, evidentemente. Com a idéia de arranjar dinheiro, jovens de periferia terminam por inchar as prisões, povoadas de violência e maldade. O abandono do sistema carcerário e a ausência de políticas sociais forta-

leceram a organização dos criminosos. De tal sorte que a hegemonia do poder interno nas penitenciárias é do tráfico e se estruturou como “partidos da marginalidade e escolas do crime”³.

Marx parece ter razão quanto à articulação entre política e economia, no conjunto das sociedades capitalistas. Apesar das diferentes interpretações, pode haver consenso quanto ao entendimento de que há uma dinâmica das políticas sociais no desenvolvimento e crise do capitalismo e das lutas sociais? Há abordagens conflitantes, porque as políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão. Todas estas diferentes abordagens tornam extremamente difícil abordar a questão das políticas sociais.

Na América Latina, em especial no Brasil, há grande diversidade na implantação de políticas sociais, de acordo com cada país. Hoje todos eles possuem um sistema de seguros sociais (muito precário, é verdade) e certos programas de assistência a categorias de pessoas chamadas “carentes”, tais como por exemplo o da Bolsa-escola, o da Bolsa-família, etc. Evidentemente, o Bolsa-Família, o Fome Zero e outras políticas desse tipo são essenciais, para construir uma sociedade de integração de todos aos direitos essenciais, além disso a fome não pode esperar. Todavia, é fundamental superar o caráter “compensatório” do Bolsa Família e resgatar o caráter “emancipatório” do Fome Zero, que prioriza a busca para que o número das famílias que sobrevivem custeadas pelo governo diminuam, de modo a que possam gerar a própria renda.

É sabido, no entanto, que, apesar de sua importância, o acesso a tais programas é limitado por inúmeras condições. A assistência varia conforme a prioridade dada aos recursos do governo, aos arranjos políticos, às conjunturas eleitorais e não consegue abranger significativamente os brasileiros famintos e miseráveis. Sem contar as redes de corrupção que constituem “sugadouros” do dinheiro público destinado às políticas sociais. Todas essas políticas estruturam-se em corredores de acesso diferentes, de acordo com as classes e camadas sociais que vão do “péssimo” ao “bom”. Todavia, os serviços melhores implicam parâmetros elevados, já que se encontram em mãos de empresas lucrativas particulares. Por exemplo, o atendimento médico se estrutura em níveis de qualidade muito variados: os serviços privados sofisticados destinam-se aos ricos, e os serviços públicos, considerado de nível inferior, destinam-se aos pobres. Talvez isto forneça algumas pistas para a situação dos hospitais públicos, da rede pública de ensino, da segurança pública, etc. O Estado tem responsabilidades essenciais, na indução do crescimento econômico, nas políticas de direitos sociais, em investimentos estratégicos como infra-estrutura, estradas, habitação, saneamento básico, entre outros. O capitalismo, como todo tipo de sociedade, é um sistema histórico, que teve começo e pode ter fim, como todos os outros. Está baseado na apropriação do trabalho alheio,

promove o enriquecimento de uns à custa dos outros, tende à concentração de riqueza por um lado, à exclusão social por outro.

Todas as sociedades e associações requerem certos princípios pelos quais possam se orientar senão perecem. Em razão disso, tais organizações surgem fundadas em determinados interesses, regras, numa justiça distributiva e leis de equidade. Segundo Hume, o interesse e a utilidade comuns geram infalivelmente uma norma sobre o que é certo ou errado:

Mesmo em sociedades que estão estabelecidas sobre os princípios mais imorais e mais destrutivos dos interesses da sociedade em geral, são requeridas certas regras que uma nova espécie de falsa honra, bem como de interesse privado, obriga os membros a observar. Assaltantes e piratas, já ser notou muitas vezes, não poderiam manter sua pernicioso associação se não estabelecessem entre si uma nova justiça distributiva e recorressem “aquelas mesmas leis de equidade que violam no que diz respeito ao resto da humanidade (HUME, 1995, P. 71)

Em países que aumentaram o grau de miséria e desemprego entre a população, ocupar uma função nas organizações criminosas (como “vapor”, “soldado”, “sintonia”, “falcão”, “gerente” “avião”, “mula”, “disciplina”, etc) acaba sendo quase inevitável para muitos jovens da periferia. Nas prisões, a maioria dos encarcerados se envolveu com a chamada “criminalidade de rua”, ou seja: roubo, furto e tráfico de drogas.

No Brasil, portanto, este quadro tem se agravado com o aumento dos excluídos socialmente, cujo estado de miséria é a principal fonte responsável pelas renovações de parcelas de gerações criminosas, que entram cada vez mais jovens para o crime e cada vez mais violentas. A revolta de algumas pessoas pode até adquirir contornos primitivos, brutais e estéreis, sob a forma de crime. A polícia e marginalidade recrutam a maioria de seus quadros entre as camadas mais pobres da população. Conseqüentemente, não há como deixar de perceber que se trata de pobres matando pobres.

Somente com execuções e cadeias não será possível conter os índices de violência. A cada mês, cerca de nove mil pessoas adentram e cinco mil e quinhentas saem das prisões. Portanto, para suprir o déficit mensal de três mil e quinhentas vagas o Brasil precisa construir sete penitenciárias de quinhentas vagas por mês, ao custo de quinze milhões cada uma. No Estado de São Paulo o número de presos cresce mais de mil por mês, o que significa que, em média, um presídio novo deveria ser construído a cada quinze dias.

Desse modo, o sistema brasileiro de segurança pública precisaria investir R \$ 1,2 bilhão, atualmente, para suprir o déficit de vagas existentes no sistema carcerário. Todavia, o Fundo penitenciário Nacional (FUNPEN) teve a sua disposição, em 2004, somente R \$ 120 milhões na construção de novos presídios. Como agravante deste quadro terrível, o número de prisões em regime fechado elevou-se significativamente nos últimos anos. Conseqüentemente, o *défict* de vagas nos presídios subiu de 57 mil em 2002 para 116 mil em 2003.

A violência parece ser própria do ser humano e não sabemos se será possível, um dia, zerar completamente os índices de violência. De qualquer forma, ela deverá ser controlada pela sociedade, que procurará reduzir a violência ao mínimo. Isto somente se dará naquelas sociedades que aperfeiçoarem, cada vez, seus mecanismos democráticos, de fato, e não apenas formalmente. Florestan Fernandes, em sua obra **A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá**, afirmou que:

A guerra é um fenômeno humano, não se pode dizer precisamente como e quando ela surgiu, no passado remoto da humanidade. (...) A guerra se nos apresenta como um fato social, no sentido restrito de existir como uma das instituições incorporadas a sociedades constituídas. (FERNANDES, 1970, P.05)

Valter Benjamin, combatendo o nazifascismo, escreveu que a barbárie não é um acidente histórico. De modo que a barbárie contemporânea não é resultado do irracionalismo, pelo contrário é fruto direto da razão elevada ao seu mais alto grau de destruição. A capacidade de matar e destruir em grandes proporções é um fato na sociedade contemporânea. Também Schopenhauer pode nos ajudar a enfrentar essa questão que contrapõe racionalidade *versus* irracionalidade: como é sabido, para este pensador, a vontade é força irracional inconsciente, apenas recoberta por uma crosta de consciência e razão (SCHOPENHAUER, 2005, p. 21). Por isso Schopenhauer leva-nos a trazer os motivos do elemento irracional na sociedade humana para o exame consciente e racional. Logo, a questão para mim é examinar a irracionalidade aparente da violência, fazendo uso da racionalidade. A razão foi definida como um instrumento de coação, de supressão dos instintos. A sensualidade e os instintos eram considerados eternamente hostis e nocivos à razão. As categorias em que a filosofia englobou a existência humana mantiveram a ligação entre razão e supressão; tudo o que pertencer à esfera da sensualidade, do prazer, dos impulsos, tem por conotação ser antagônico da razão – algo que tem de ser subjugado, reprimido. Desde Platão encontramos a difamação do princípio de prazer. Marcuse se referiu aos “heróis culturais” que persistiram na imaginação como símbolos da atitude e dos feitos que determinaram o destino da humanidade. Os feitos milagrosos, incríveis e sobre-humanos dos heróis culturais não são estranhos à realidade; pelo contrário, são-lhe úteis. O herói cultural predominante é o do rebelde que desafia os deuses e é castigado e submetido a um sofrimento perpétuo. (por exemplo: Sísifo, Prometeu, etc). Prometeu é o herói- arquetipo do princípio de desempenho, do esforço laborioso, da produtividade e do progresso através da repressão. A cultura é criada à custa do sofrimento perpétuo.

A violência de um Estado policial e penitenciário tem se tornado rotina e se banalizado pela constante exposição dos trabalhadores, notadamente, aos diferentes tipos de violência. Há um tipo de violência política do Estado que nem sempre é entendida como violência estatal como, por exemplo, políticas que obrigam um trabalhador aposentado a sobreviver com um salário mínimo. Sem contar que o direito à vida, à subsistência mínima, à saúde, à educação, tudo isso é vilipendiado

para a população em geral. A maior parte das vítimas da violência são das chamadas camadas populares, e seus direitos estão suspensos ou limitados. Outra violência que não tem repercussão nos meios de comunicação são os acidentes de trabalho, pois há uma redução da violência à questão do crime.

Além disso, a ênfase em geral é atribuída às pessoas. Busca-se justificar que são os indivíduos que são violentos, pois trazem alguma característica em si que os tornam violentos, numa sociedade ordeira e pacífica.

Por isso não parece terrível para muitas pessoas, nem causa espanto o fato de que a barbárie contemporânea tem produzido, sob muitos aspectos, sociedades em guerras contra os “excluídos”. Estarei argumentando que, estes, surgem como desdobramento da exploração econômica, da brutalidade e do empobrecimento social e mental, cujas espirais se elevam em razão inversa da ausência de políticas sociais. Esta certamente pode não ser a única razão, mas com certeza é a mais importante. As estatísticas mostram a elevação vertiginosa do número de vítimas, numa espécie de efeito cascata: “a violência que deflagra a cadeia de violências pode dar início a uma nova cadeia” (MARCUSE, p.20).

Herbert Marcuse chegou a referir-se à “lugares infernais”, aos guetos da sociedade afluenta⁴, onde a violência torna-se rotina. Segundo ele, é fácil e mais cômodo ver neles apenas bolsões de pobreza e miséria numa “sociedade em crescimento”. Em razão disso, penso que esta é a razão porque muitos Estados consideram inevitável a eliminação de pessoas que a lógica do capital classifica como descartáveis: “os desqualificados”, “os ociosos”, “os ineptos”, em outras palavras: aquele percentual enorme de trabalhadores que fica à margem do desenvolvimento capitalista em razão da alegada “incompetência” individual, como peça disponível do “exército industrial de reserva” e como “lumpens”. Grande percentual desses *lumpens*, inclusive, alimenta uma verdadeira indústria do crime: o trabalho dos aparelhos repressivos, de juízes, advogados, promotores, jornalistas, segurança privada, tecnologia de segurança, etc.

VIOLÊNCIA, RAZÃO E POLÍTICA

Há uma tradição na história do pensamento ocidental que é calcada na segurança dogmática da razão, desde Platão, Descartes, Leibniz, Hegel, somente para citar alguns. Assim, a modernidade foi construída tendo como fundamento a “deusa” Razão. Este otimismo no que se refere à razão veio sendo renunciado desde o Renascimento, opondo-se aquilo que se chamou “idade das trevas”. Indiscutivelmente, foi um grande passo para o capitalismo quando as idéias liberais combateram o absolutismo e buscou-se a legitimidade do poder numa perspectiva democrática (mas, não tanto). Algumas palavras se constituíram em verdadeiros eixos de mobilização social: racionalização, eficiência, burocratização, profissionalização, adaptação, liberdade, igualdade e fraternidade. Era a utopia da direita.

Roberto Romano em **Mentira e Razão de Estado** escreveu que:

Engana-se quem une razão e verdade. Como enuncia I. Kant, antecedido por Rousseau e Platão, a força do pensamento racional, no mundo finito, é acelerada pela mentira e pela desmesura. As primeiras linhas da *Crítica da Razão Pura* dizem que “a razão humana sofre um destino peculiar, pois em todas as espécies de seu conhecimento ela se incendeia por questões que, como é prescrito pela própria natureza da mesma razão, ela não pode ignorar mas que, se ultrapassar os limites de seu poder, ela também não pode responder”. Como o poder político, a razão deve encontrar limites, caso contrário ela delira sem suportes na corporeidade humana. Se o conhecimento é o seu alvo, ela deve começar dando à sensibilidade o seu quinhão, partilhando seus poderes. Quando se imagina absoluta, a razão, enuncia Kant, torna-se despótica e vazia. A verdade necessita tanto de ingredientes raros e caros quanto das humildes fontes estéticas. Justo por tal motivo Kant defende a crítica da razão (ROMANO, 2005).

De fato, Kant realiza um ataque direto ao dogmatismo trazido pela razão de Estado, como diz no intróito da sua obra, quando argumenta que nossa era é propriamente a era da crítica, a quem tudo deve ser submetido. A religião, por sua santidade e a legislação, por sua majestade, querem ser isentadas pela crítica. Mas então elas despertam suspeitas e não podem exigir o respeito sincero que a razão concede apenas ao que passa pela prova livre e pública. Por isso Romano inspeciona a mentira como essência da razão de Estado e afirma que tanto a ordem religiosa quanto a civil busca um estado de exceção para si mesma, enquanto a crítica liga-se à continuidade no ordenamento público e republicano. Ali, a regra é efetivamente universal e não admite exceções, muito menos estados de exceção. *A Raison d'État*, porém, opera segundo a lógica do que é excepcional.

Desse modo, em que pese, porém, as grandes contribuições trazidas pela razão, a sociedade ao realizar os ditames implacáveis da racionalidade, parece estar ferida não pelo que foi um desvio e sim pela execução rígida de seus preceitos. Talvez isto seja uma espécie de irracionalidade. Em outras palavras: não sei bem, mas quer me parecer, às vezes, que a racionalidade extrema requer uma espécie de irracionalismo, no sentido de que nos cega para outros aspectos da realidade humana.

A atual sociedade é rigorosamente fruto da razão. Ao se privilegiar o acúmulo de bens e não a socialização isto trouxe sérias conseqüências para a vida em sociedade. Neste sentido, não se realizou a idéia de usar a riqueza social para moldar o mundo de acordo com os instintos vitais do ser humano e com as suas múltiplas facetas. Essa imensa riqueza social acumulada não tornou nem mesmo a sociedade capaz de amenizar a luta pela sobrevivência da grande maioria. Houve um visível crescimento das tendências anti-sociais, do isolamento, do medo coletivo e individual, da intolerância extremada e da alienação dos indivíduos. O contraditório, sob o capitalismo, não é a produção de bens e sim a sua distribuição sob a forma de mercadoria. Inclusive, a ininterrupta produção do supérfluo pode chegar a ofender

aqueles que não têm o básico para viver. No capitalismo, quase tudo se transforma em mercadoria que tem de ser comprada e usada, traduzindo-se em objetos da libido, do prazer. Muitos jovens de periferia das grandes cidades arrancam estes produtos a ferro e fogo; de arma na mão e com o dedo pronto para puxar o gatilho.

Conseqüentemente, parece que a lógica capitalista transformou a terra num inferno. Há uma destruição do espaço exterior (da sociedade, do meio ambiente, por exemplo) e do espaço interior (da esperança, do sonho, da alegria, por exemplo). Esta é o motivo pelo qual as sociedades industriais mais avançadas também produziram muita miséria, violência e desigualdades. Nunca, na história da humanidade, potências imperialistas, na defesa do capital, desenvolveram a capacidade de destruição em tão gigantescas proporções. Este é o motivo pelo qual me referi a uma real declaração de guerra aos “inúteis”, aos “desajustados”, aos “marginais”, etc, que foram relegados pela sociedade de consumo. Apresentando um misto de denúncia, sarcasmo e tristeza diz a sabedoria popular que “cadeia foi feita para pobres”. Por isso mesmo, o sistema carcerário parece não atingir com o mesmo rigor a parcela rica da população.

Como afirmei, o aumento do número de favelas e do desemprego, da violência e do crime que atingem diretamente a maioria dos trabalhadores não são desvios de percurso na acumulação do capital, mas resultado das conquistas do capitalismo, da tecnologia e da dominação econômico-social. A mais eficaz subjugação e destruição de seres humanos por outros seres humanos tem lugar no apogeu da civilização quando as realizações materiais e intelectuais da humanidade pareciam possibilitar a criação de um mundo mais prazeroso para todos.

Em suma, as tarefas histórias colocadas pela modernidade, a partir do Renascimento, em que se buscava a razão (em contraposição à fé) não se mostrou tão exitosa, tão pura e justa. De modo que o início do terceiro milênio tem se dado com uma espécie de frustração de objetivos não realizados no que se refere a igualdade econômica, escola de qualidade para todos, lazer para todos, todas as tecnologias ao alcance da maioria da população, etc. Inclusive, nem as sociedades igualitárias das utopias de esquerda puderam ser plenamente realizadas, e que foram pensadas e implementadas a partir de diferentes leituras; sejam socialistas, anarquistas ou comunistas. Como os brotos das utopias estão sempre verdes, apesar de tudo, algumas delas pretendem congregar corações e mentes, no século XXI.

Afirmei anteriormente que o terceiro milênio se iniciou com uma espécie de “ressaca”. Mas, o mais grave é que ele se iniciou com a discussão da viabilidade da vida na terra nas próximas décadas, pois a iminência do fim da espécie não é mais uma ficção de cinema, mas uma realidade já delineada, tendo-se em vista o aquecimento global, os agentes causadores de doenças resistentes à maioria dos medicamentos, as atrocidades contra povos, a pobreza e a fome, articulando a mais sofisticada tecnologia com a barbárie contemporânea mais devastadora, os centros avançados de pesquisa com o analfabetismo real ou funcional de grande parte da população mundial. Tudo isso, evidentemente, associado à crise econômica.

A desregulamentação da economia e a destruição de políticas sociais – que por questões de “segurança”, têm sido defendidas por um Estado policial e penitenciário – exige, cada vez mais, a utilização de aparelhos repressivos para conter a chamada “violência urbana” gerada pelo desemprego em massa, pela imposição do trabalho assalariado precário, e isso tem resultado na elevação vertiginosa da população carcerária. Desse modo, como resposta às fortes desigualdades de condições econômicas e de oportunidades, importam-se as técnicas “*made in USA*” do tipo “tolerância zero”. Em vez de políticas sociais, dá-se, predominantemente, um tratamento penal às questões do desemprego e da miséria. A sociedade brasileira é historicamente violenta; observe-se, por exemplo, a forma como os povos indígenas foram tratados pelos colonizadores, as raízes da escravidão, as devassas do período colonial e a repressão ao movimento dos trabalhadores. Ressaltem-se as organizações que foram aniquiladas violentamente, tais como Farrapos, Praieira, Cabanagem, Quebra Quilos, Canudos, etc. Assim, as lutas dos índios, dos negros e dos trabalhadores são esmagadas com uma brutal repressão, tendendo a serem esquecidas e suprimidas da historiografia oficial. No Brasil, há uma tradição em que se tratam as questões sociais com a utilização de imensos aparelhos repressivos. Entretanto, a repressão policial não tem nenhuma influência sobre os macrofatores geradores da violência.

Há algumas décadas, havia um debate em que se colocava a alternativa “socialismo ou barbárie”, de modo especial foi colocado por Rosa Luxemburgo, contrapondo-se à análise stalinista. Mas, frente à derrocada do chamado socialismo real e o refluxo dos movimentos políticos orientados pelas teorias da revolução socialista parece que a alternativa da barbárie cercada pela mais pujante tecnologia está na ordem do dia. Para abrandar o impacto da violência sobre a vida das pessoas, há o aumento de uma gama de alternativas que podem ser enquadradas em três grandes núcleos: remédios (calmantes, especialmente), drogas (legais e ilegais) e igrejas (que prometem milagres, empregos, paz e prosperidade).

ESTADO E VIOLÊNCIA: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

No Brasil, no início do século XIX, atribuição fundamental da polícia era a de capturar e punir, implacavelmente, escravos fugidos com chicotadas, trazendo-os “debaixo de vara”. Naquela época, portanto, a polícia colocava o seu efetivo à disposição dos donos de escravos. Desse modo, em suas origens, a polícia passou a agir e a ser considerada como adversária dos mais humildes. No Brasil, ações violentas sobre escravos e trabalhadores fazem parte dos métodos institucionais de ação e de investigação dos aparelhos de repressão. Ainda hoje, tais aparelhos parecem não estarem convencidos da eficiência dos métodos de investigação mais sofisticados e menos brutalizados. Até porque consideram que a “tecnologia da dor” produz respostas mais rápidas.

Apesar de prisões existirem a milênios, o uso delas como principal forma de

corrigir criminosos é relativamente recente. Elas costumavam serem pontos de passagem, onde ficavam devedores até que conseguissem dinheiro, escravos, prisioneiros de guerra e pessoas esperando julgamento. Eram lugares terríveis – não raro, epidemias dizimavam presos e carcereiros – mas a pena costumava ser pior ainda: o degredo ou espetáculos brutais envolvendo açoites, torturas ou execuções. (IWAKURA E KERNSKI, 2006, p.70)

No que se refere aos partidos políticos, a regra geral é ignorar a questão das origens fundamentais da violência, ou tratá-la tão genericamente que não há propostas efetivas de políticas sociais que possam ser executadas. Mas, de modo geral, defendem o “endurecimento no combate ao crime”. Autoridades, políticos e partidos quase sempre se manifestam tão somente em casos escabrosos, que repercutem pelo grau de brutalidade. Mas, passada a situação, esquecem, e não aprovam políticas de longo alcance e para além de seus “currais eleitorais” e para além de um discurso raivoso.

A violência apresenta muitas facetas, de tal sorte que se requer a explicitação do *locus* dos discursos teóricos. Como delimitação deste campo teórico-metodológico, há várias perspectivas sob as quais se pode estudar a violência. Sem negar outros enfoques podemos estudá-la, num primeiro momento quanto às “concepções” e num segundo momento quanto às “tendências”.

No que tange ao estudo das concepções, Sergio Adorno (2002) analisando a sofisticação e estratificação da violência em termos do Estado, considera que há diferentes concepções acerca da violência, mas podemos sintetizá-la em duas. A primeira é uma concepção liberal cuja ênfase em geral é colocada nos indivíduos. Ou seja, são os indivíduos que carregam em seu interior alguma característica que os tornam violentos. Todo ato que transgride as normas consideradas gerais para a sociedade é tratado como ato violento. Esta concepção não leva em conta que a violência no Brasil é bem diferenciada em termos de classes sociais. De modo que o que é considerado violência para alguns setores não o é necessariamente para outros:

“Em geral esta concepção parte de uma idéia de que a ordem social é única. Ela é igual para todos. É como se todos os indivíduos agissem do mesmo jeito a despeito de suas diferenças de classe, de raça, de cultura, de sexo, de idade. Todos eles, de modo geral, teriam a mesma compreensão da sociedade e, portanto a respeitariam da mesma maneira.” (ADORNO, p. 12).

A segunda concepção é a marxista que apresenta dois enfoques. Por um lado, avalia como ilegítima a violência das classes economicamente dominantes contra as classes dominadas. Por outro lado considera a violência como “parteira da história”, de maneira que avalia que a violência dos explorados contra as classes dominantes é legítima.

Na realidade, há uma violência libertadora que se manifesta contra a opres-

são, ou seja, reconhece-se o direito do povo combater a violência de um Estado tirano. Historicamente, as revoluções têm um conteúdo violento porque as classes dominantes não deixam, pacificamente, o poder.

Há também uma violência que bestializa, na medida em que o ser humano se brutaliza, aliena-se de si mesmo e se desumaniza. É a manifestação de um ódio cego, inclusive contra qualquer desconhecido. É a disposição de resolver, de forma violenta, até mesmo pequenos conflitos, negando a possibilidade do diálogo.

No que tange ao estudo de determinadas tendências podemos entender que com relação aos estudos sobre a violência, é possível distinguir três eixos teórico-metodológicos de investigação. Vejamos, então, sucintamente como se apresentam. A primeira tendência é a chamada *biológica*, cujo enfoque é bio-psicológico que, como o próprio nome explicita, ressalta os componentes biológicos e psicológicos do ser humano. Argumenta que a violência é interior, por isso o indivíduo (ou “o elemento”, na linguagem policial) é visto como suspeito. Entende que a questão social subordina-se às determinações da natureza humana e a violência é focada como um fenômeno de caráter universal, independente de classes sociais. Ou seja, entende que a violência está na essência do ser humano, desvinculando-se das questões econômico-sociais. A violência, portanto significa um fenômeno natural humano, na medida em que é entendida como parte do instinto de sobrevivência. De maneira que avalia que o ser humano tende a ser anti-social por natureza. Em suma: biologicamente existiriam pessoas de bom e de mau caráter.

“Essa tendência biológica tem valor na medida em que prioriza os problemas das pessoas em detrimento dos problemas da sociedade. O conflito humano atual (sempre atual, em qualquer época histórica) seria decorrente da discrepância entre os anseios biológicos (normalmente em busca do prazer) e as possibilidades sociais (geralmente restritas à maioria das pessoas)” (BALLONE, 2003, 05)

A segunda tendência é a chamada *sociológica*, cujo enfoque é entender a violência como fenômeno social, provocada por alguma conturbação da ordem, pela opressão dos mais fortes, pela rebelião dos oprimidos, pela falência da ordem social, pela omissão do Estado (MINAYO e SOUZA, 1998). A violência é compreendida como exterior às pessoas. Em razão disso, visto que, por razões sociais, parte dos trabalhadores e dos miseráveis são impelidos a se tornarem criminosos, tende-se a enxergá-los como suspeitos. Conseqüentemente, entende que as determinações da natureza humana subordinam-se às questões econômico-sociais. Ou seja, entende que a violência surge como conseqüência da miséria, do desemprego e das desigualdades sociais. Esta tendência aponta que a violência é, naturalmente, mais elevada nas grandes metrópoles, nas aglomerações de pessoas, na perda das referências familiares e simbólicas, e entre os trabalhadores desempregados.

Finalmente, a terceira tendência é a chamada *bio-psico-social*, cujo enfoque procura relacionar diferentes contribuições, e não atribui *a priori* à violência um caráter exclusivamente biológico, nem psicológico ou social. Entende que a violên-

cia resulta de uma combinação de todos com especificidades próprias de cada circunstância e de cada contexto histórico. O que equivale a dizer que vários aspectos acabam influenciando as relações sociais, culturais e emocionais, afetando tanto a consciência humana quanto a constituição biológica. Digamos, portanto que esta tendência discorda que a violência resulte apenas dos problemas de natureza econômica, como a pobreza, ou política, como a falência do Estado, embora entenda que essas questões sejam muito significativas.

A seguir, quero problematizar, um pouco, acerca das concepções e tendências como perspectivas teórico-metodológicas que acabamos de assinalar. Ocorre, pois, que, normalmente, a violência que se destaca nos meios de comunicação é aquela que atinge as classes altas e médias. Inclusive, abusos policiais contra os pobres, (que não constituem evidente risco de agressão e/ou fuga), como a utilização de algemas, por exemplo, não têm repercussão; já quando o mesmo ocorre com membros das classes altas e médias, merecem destaque e longos comentários de autoridades e políticos. Alguns ricos perceberam que, de vez em quando, um deles também pode ser algemado e exposto na televisão. Curiosamente, alguns programas policiais tendem a escutar pequenos criminosos, o mesmo não ocorre quando se trata de criminosos poderosos.

O que nos leva a entender que os meios de comunicação são, simultaneamente, agentes e refletores da cultura da violência, mas essa relação não pode ser simplista, mecânica e direta. Sergio Adorno, inclusive, considera que:

[...] os meios de comunicação passam um lado da informação, omitindo sua outra face. Que a sociedade é violenta, que o crime é um fenômeno muito difícil de conviver com ele em taxas elevadíssimas é um dado verdadeiro. Agora, o que precisaria ser relativizado são os argumentos utilizados para conter a violência. Quando se diz que a justiça é conivente com o crime, é como se ela devesse se transformar num aparelho absolutamente punitivo; que as prisões teriam relaxado o seu controle sobre a população carcerária e as políticas de humanização, de respeito ao preso se transformariam na verdade em políticas coniventes com a criminalidade.

Não é verdade que os controles tenham sido relaxados. Não é verdade, por exemplo, que mesmo nesses períodos onde teve vigência a chamada política dos direitos humanos os presos não continuassem sendo espancados, que não se digladiassem entre si, uns violentando os outros. Não é verdade que tenha havido um afrouxamento dos controles. Ao contrário, esses controles estão cada vez mais endurecidos e não há nenhuma certeza de que, quanto mais rígido, maior o controle "(ADORNO, p. 15)

Alguns meios de comunicação tendem a "furos" jornalísticos e a denúncias quando a tortura, por exemplo, (que é uma rotina nos aparelhos repressivos de Estado) atinge membros das classes dominantes. Somente quando há a "democratização" do desrespeito com que são tratados, freqüentemente, os trabalhadores (e não só aquela parcela deles que se envolve com a criminalidade) é que se busca

conscientizar a sociedade sobre abusos policiais e se questionar a teatralização do crime feito por meios de comunicação.

Não se trata evidentemente de nivelar por baixo, no sentido de que já que pobre não tem a garantia de seus plenos direitos constitucionais o mesmo deve ocorrer com os ricos. Na realidade este debate abre espaços para que tais direitos sejam estendidos também aos mais pobres, garantidos em leis, mas negados na prática. Também não se trata de “proteger” bandidos, até porque os das classes dominantes já o são.

No Brasil, entre os trabalhadores, o chamado **Estatuto do Desarmamento** tem criado muita polêmica. De fato, no que se refere à proporção de uso de armas em homicídio, estima-se que a média mundial é de 38% e a da América Latina é de 60%. Internacionalmente, o Brasil é o país que apresenta o mais elevado número de mortes por arma de fogo. No Brasil, em 2002, por exemplo, 90,0% das mortes por projétil de arma de fogo foi homicídio, enquanto 3,6% foi suicídio. Em nosso país, o risco do homem jovem de 20 a 29 anos morrer vítima de arma de fogo é sete vezes superior ao restante da população, quatro vezes superior ao restante da população masculina e 38 vezes maior que o da população feminina. No caso brasileiro, de 1997 a 2002, as taxas de morte por arma de fogo da população negra foram as mais elevadas. Diariamente, quase 94 pessoas morrem por homicídio, quatro por suicídio e uma por acidente⁵. Em tais casos, armas de fogo são mais usadas do que armas brancas:

A arma branca implica um envolvimento maior com a vítima, uma aproximação física, uma coragem e uma determinação maior com relação ao ato. Diferentemente da arma de fogo, que pode ser acionada à distância, sem envolvimento. Um ataque a faca requer uma certa força física ou destreza, enquanto que uma arma de fogo pode ser manuseada por uma pessoa de porte pequeno e força física menor que a vítima. Essa contexto certamente favorece a maior participação da arma de fogo nos homicídios.⁶ (PHEBO, 2007)

O mapeamento da violência é importante principalmente para a definição de políticas sociais. Na investigação sobre a violência, porém, um problema relativo à metodologia que os pesquisadores se defrontam é a qualidade de informação sob dois aspectos. O primeiro obstáculo é o de não se poder descobrir a causa da morte, e o outro é a impossibilidade de se classificar as mortes por causas externas (se foi um acidente, homicídio ou suicídio). De modo que mortes são classificadas como “mal definidas”, ou como causa externa “sem intencionalidade definida”. Observemos os números: na década de 1990, 15% de todos os homicídios ocorridos foram cometidos com “arma desconhecida”⁷.

Armas e carros fascinam um setor da juventude. Entre tais jovens há certa atração por carros e arma de fogo que parecem dar-lhes poder, frente às suas inseguranças e a sensação de invulnerabilidade. Cerca de 5% dos acidentes de trânsito, inclusive, envolvem menores de dezoito anos.

A arma e o automóvel - com os quais, inclusive, se ameaça, se assusta, se

fere, se aleija e se mata, notadamente pedestres - são os dois maiores instrumentos de morte, pois representam poder sobre outras pessoas. Há um certo prazer em se assustar pessoas. Nos homicídios quem mata e quem morre são homens jovens, enquanto que, nos suicídios, as maiores taxas estão entre homens mais velhos.

CONCLUSÃO

Wacquant (2001) escreveu que a insegurança criminal brasileira tem a particularidade de não ser atenuada, mas nitidamente agravada pela intervenção das “forças da ordem”. O uso rotineiro da violência letal pela polícia e o recurso habitual à tortura, as execuções sumárias e os “desaparecimentos” inexplicados geram um clima de terror entre as classes populares, que são o seu alvo central, e banalizam a brutalidade no interior do Estado. Este autor entende que essa violência policial insere-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar, quando o combate à luta armada se disfarçou em repressão aos marginais.

Rousseau em sua obra **Do Contrato Social ou Princípios do Direito Positivo** considera que num Estado bem governado não surgem muitos criminosos, e nos ajuda a concluir que o Estado também é responsável pelo surgimento de parte dos criminosos: “Num Estado bem governado, há poucas punições, não porque se concedam muitas graças, mas por haver poucos criminosos; o grande número de crimes assegura a sua impunidade quando o estado definha” (ROUSSEAU, 1973, p. 58):

Este tipo de violência fundamental que nossas sociedades vivenciam nasce das próprias entranhas do capital e acompanha-o como sua sombra. Entretanto é essa violência que bestializa que reduz a coesão social, com conseqüências negativas para a luta política dos trabalhadores.

No Brasil, a “sociedade de mercado” e as “oportunidades iguais” não são oferecidas para todas as pessoas. Para conter tanto descontentamento social e tantos conflitos historicamente acumulados, o capital se cerca de forças militares. O capital tem a sua disposição, uma gigantesca força bruta repressiva. Assim, o capital não apenas não soluciona esta violência como ainda a produz em grande escala. A política, partidos e organizações converteram a violência tanto em uma forma de preservação da ordem econômica, quanto em um meio de transformação política e de revolução social. A violência tornou-se uma *ultima ratio* porque, numa sociedade de classes, apenas a violência pode reforçar a exploração econômica ou superá-la.

Não se pode concordar com a idéia de que somente a repressão e ação da

polícia são suficientes para conter a violência. O massacre de 111 presos do Carandiru, em 1992, por exemplo, mostrou que a eliminação física de criminosos, não atinge as origens sociais do crime. Até mesmo em termos de resultado, a violência da Tropa de Choque não resolveu, nem parcialmente, as contradições do sistema carcerário, uma vez elas ressurgiram com maior força na organização dos “*éléments declassés*”, sob a forma de partidos da marginalidade⁸, tais com o Comando Vermelho, Terceiro Comando, Primeiro Comando da Capital, Amigos dos Amigos, entre outras. As organizações criminosas são espaços de poder, nascidos até pelas ausências de políticas sociais.

O aguçamento da violência cotidiana, no qual as pessoas parecem sempre estar no limite de um esgotamento, produz enormes obstáculos ao diálogo em situações de conflitos interpessoais. Nas grandes cidades, pessoas convivem com sobressaltos de que algo de ruim pode acontecer com elas, a qualquer momento. Tais conflitos tendem a se expressarem de forma violenta em situações do dia a dia. Não são somente os bandidos que matam; de cada 10 homicídios quatro são cometidos por trabalhadores contra trabalhadores, por motivos banais.

Na cidade de São Paulo uma em cada dez pessoas que no último ano sofreu episódios de violência que pôs em risco suas vidas (assalto, seqüestro, agressões físicas ou abuso sexual) apresenta os sinais de transtorno de estresse pós-traumático, de acordo com o primeiro levantamento sobre ocorrência do problema realizado no Brasil⁹.

A expectativa média de vida do brasileiro é de 74,9 anos. No Brasil, morrem-se mais vítimas por arma de fogo do que por acidente de trânsito. Outra causa de morte são as doenças cardiovasculares como as principais responsáveis. A arma de fogo mata mais homens adolescentes que qualquer doença, acidente de trânsito ou qualquer causa externa.

O Brasil, na última década, contabilizou um milhão, cento e dezoito mil mortes (1.118.000) por homicídios, acidentes e suicídios. Ressalte-se aí que, nos últimos vinte anos, apresentou um crescimento de 200% nos índices de homicídios.

O custo da violência corresponde a 10,5 % do PIB, e os gastos com problemas de saúde relacionados à violência chegam a 1,9 % do PIB, segundo um relatório da Organização Mundial de Saúde (OMAS). Ao que consta, os custos com a prevenção do crime são relativamente mais baratos com tudo o que se gasta para coibi-lo.

Os números apresentados ao longo deste artigo constituem estatísticas de um país em guerra. Índices de mortalidade da **Saúde Brasil 2006**¹⁰ apontam que um em cada 20 mortos no Brasil é vítima de homicídio, na maioria das vezes assassinatos envolvendo o uso de armas de fogo, que inclusive mataram quase 50 mil pessoas, apenas em 2004. A elevação dos índices acerca da do avanço da violência nas últimas décadas trouxe para as cidades um problema emocional que, até meados do século passado, se imaginava ser exclusivo dos campos de bata-

lha¹¹.

Com dados impressionantes como esse se produz alarme social. Este “alarme social” pode ser manipulado pelas classes dominantes, pois em momentos de crise social elas querem medidas mais duras para garantir “a lei e a ordem” tais como implantação da pena de morte, redução da maioria penal, aumento da pena, prisão perpétua, etc. A polícia que mata pode acabar sendo vista, para muitas pessoas, como aquela que cumpre o seu dever.

Não se trata de enfrentar criminosos bem armados com flores; trata-se de implantação de políticas sociais de longo alcance. É sabido que privações econômicas e educacionais na estrutura familiar têm sido consideradas como fonte de risco para crianças e adolescentes. Conseqüentemente, há fatores que representam risco de vitimização e fatores de proteção contra a violência.

Contra criminosos empedernidos, e que dificilmente poderão ser ressocializados, parece ingenuidade não prever enfrentamentos. Se assim for, mais uma vez, nestes casos, a população da periferia ficará no meio do fogo cruzado de tiroteios entre a polícia e a marginalidade. Muitos trabalhadores inocentes já estão sendo mortos, vítimas de “balas perdidas” de grosso calibre. Para concluir com a lógica do que venho tateando, é urgente discutir com os trabalhadores políticas e organização de movimentos sociais, pois uma questão que permanece reverberando é: há possibilidades do capital diminuir a mais-valia em benefício do trabalho?

No que se refere ao fato de trabalhadores ficarem no meio do confronto entre traficantes e policiais, uma brutal sabedoria parece ser a única possível: “o bom cabrito não berra”. Muitos trabalhadores teriam dúzias de denúncias a serem feitas contra policiais e/ou traficantes. Mas, quem protegerá os trabalhadores e às suas famílias da polícia bandida e dos criminosos?

“E a grande questão permanece: como fazer dos seus moradores portadores conscientes de direitos civis, capazes de enfrentar todos os seus predadores, fardados ou não. Defender seus direitos, então, não é apenas denunciar desmandos policiais e negar os efeitos destrutivos que o tráfico de drogas provocou em muitas favelas e bairros da cidade. Entender seus mecanismos de domínio, suas redes e articulações é passo necessário para políticas públicas mais eficazes e justas”.(ZALUAR, 2002, p. 38)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. *O Brasil é um país violento*. In: revista **Tempo e Presença**, 2002, p. 11.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

- Distinção Política.** São Paulo: Ed. UNESP, 1995
- Ciência e Cultura** – revista da SBPC. Núcleo Temático: *Violência*. Julho/ agosto/ setembro de 2002.
- CONCEIÇÃO, G. H. da. *Os partidos da Marginalidade e as Escolas do Crime*. **Revista Varia Scientia**, 2001, p. 19.
- FALEIROS . **Políticas Sociais**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FERNANDES, Florestan. **A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá**. São Paulo: EDUSP, 1970
- HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998
- HUME, David. **Uma Investigação Sobre os Princípios da Moral**. Capinas, SP : Editora da UNICAMP, 1995
- IWAKURA, Mariana e KENSKI, Rafael. *O que fazer como nossos presos?* **Revista Superinteressante** , 2006, p. 68
- MINAYO MC de S, SOUZA ER de. *Violência e Saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva*. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, IV (3): Nov. 1997- fev.1998
- MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. São Paulo: Zahar Editores/Círculo do Livro, s/d.
- MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. (Livro 4 de **O Capital**). Civilização Brasileira, 1980, v. 1.
- PHEBO, Luciana. *Impacto da Arma de Fogo na Saúde da População no Brasil*. **Viva Rio/Iser**, 2007, p. 16
- PLATÃO. **A República**. EDUPFPA, 2000.
- ROMANO, Roberto. **“Mentira e Razão de Estado”**, 2005.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político**. São Paulo: ed. Abril Cultural, 1973 (Coleção os Pensadores)
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O Mundo Como Vontade de Representação**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2005.
- Violência por armas de fogo no Brasil – Relatório Nacional*. Maria Fernanda Tourinho Peres NEV/USP, **Organização Pan-Americana de Saúde**, Samll Arms Survey, 2004.
- WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2001.
- ZALUAR, Alba. A Guerra sem Fim em Alguns Bairros do Rio de Janeiro. **Ciência e Cultura – revista da SBPC**. Núcleo Temático: *Violência*. Julho/ agosto/ setembro de 2002
- ZORZETTO, Ricardo. *O lado Oculto da Violência*. Pesquisa FAPESP 150 - Agosto/ 2008